

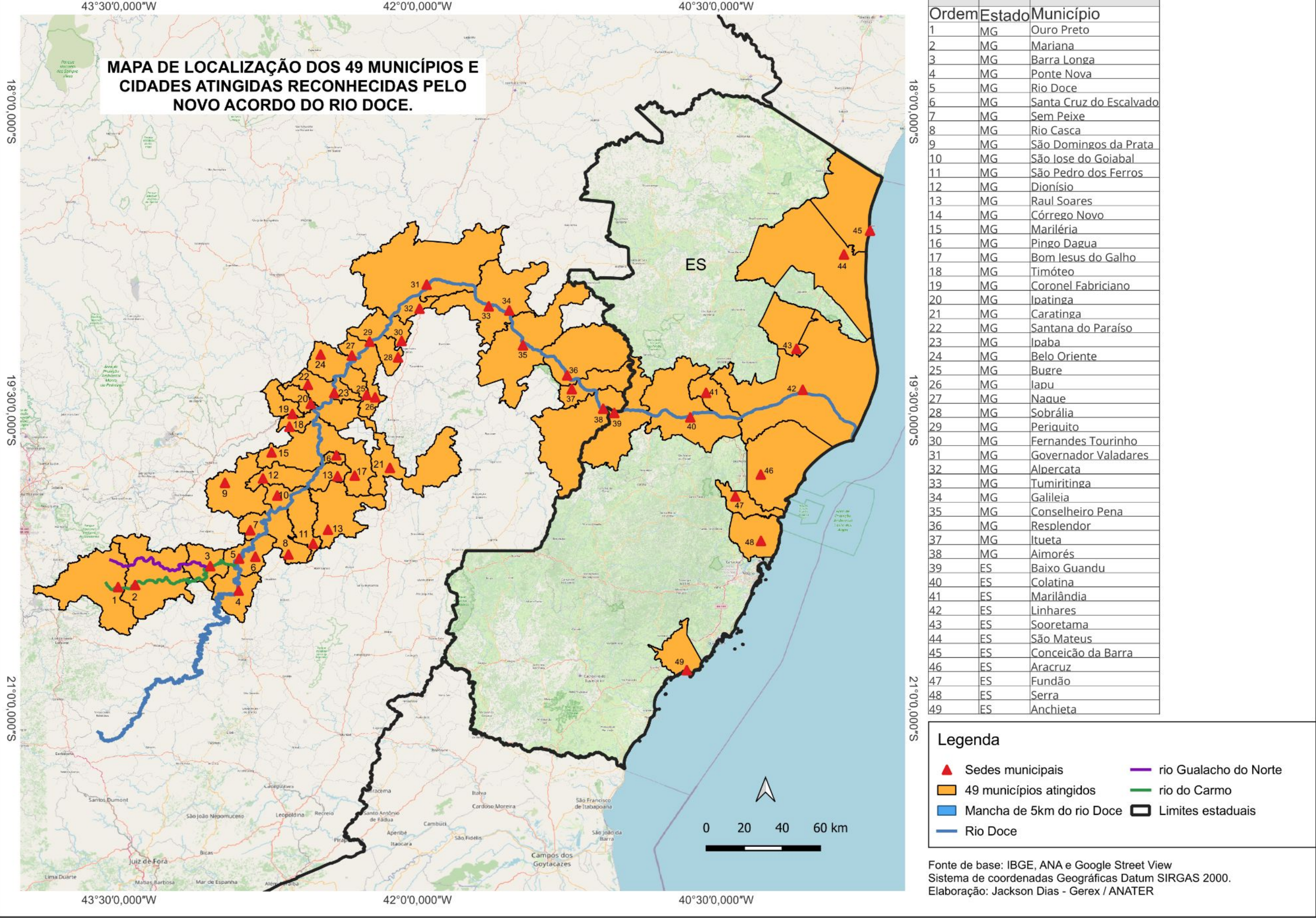
Execução dos Anexos 3, 4, 5 e 6

Gerência de Programa Extraordinário

Reparação do Rio Doce/Anater

Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar/MDA





Bacia do Rio Doce e Litoral Capixaba: Área de Abrangência

2,5 milhões de pessoas

49 municípios atingidos

Premissa Geral do Novo Acordo do Rio Doce

Conversão da **maioria** das **obrigações de fazer** das empresas relacionadas à recuperação e recuperação socioambiental em **obrigação de pagar** à União e aos Estados de Minas do Espírito Santo, que promoverão reparações.

Obrigações de fazer que permanecem com as empresas (exceções à regra geral):

- ❑ Finalizar o reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo;
- ❑ Retirar 9 milhões de m³ de rejeitos depositados no reservatório UHE Risoleta Neves (Licenciamento ambiental do Ibama);
- ❑ Recuperar 54 mil hectares de floresta nativa na Bacia do Rio Doce;
- ❑ Recuperar 5 mil nascentes na Bacia do Rio Doce;
- ❑ Realizar o Gerenciamento da Áreas Contaminadas – GAC;
- ❑ Implantar sistema indenizatório final e definitivo – PID para alcançar os atingidos que não conseguiram comprovar documentalmente os danos sofridos;
- ❑ Pagar R\$ 30 mil aos atingidos em geral e R\$ 95 mil aos pescadores e agricultores (Público estimado: 300 mil pessoas)

Valores Totais Envolvidos: R\$ 170 bilhões

- ❑ **Dinheiro Novo:** empresas pagarão ao poder público o valor de R\$ 100 bilhões em 20 anos, distribuídos conforme as principais destinações.
- ❑ **Provisionamento:** Empresas estimam gastar R\$ 32 bilhões com as obrigações de fazer que continuam responsáveis.
- ❑ **Valores já gastos:** Empresas afirmam já ter desembolsado R\$ 38 bilhões na reparação socioambiental, por meio da Fundação Renova.

**Destinação dos recursos:
Foco nos atingidos, meio ambiente e na retomada econômica**

Valor estimado de R\$ 170 bilhões



Recursos Governo Federal

**49,08
bilhões**

**Responsabilidade
do Governo Federal**
19 Ministérios envolvidos +
vinculadas
Sob gestão do BNDES



7,8 bi
Povos indígenas,
quilombolas e
comunidades tradicionais
(IPCTs)

Anexo 3



5,69 bi
Orçamento participativo – 5 bi
Assistência Técnica
Independente - ATI – 690 mi

Anexo 6



1,5 bi
Reparação e
fortalecimento da
atividade pesqueira

Anexo 10



3,75 bi
Programa de
Transferência de Renda

Anexo 4



576 mi
Assistência social
512 mi -> municípios

Anexo 7



2,3 bi
Infraestrutura de
mobilidade (BR-262)

Anexo 13



8,13 bi
Ações ambientais

Anexo 17



6,5 bi
Programa de Retomada
Econômica

Anexo 5



11,33 bi
Saúde
1,8 bi -> municípios
+ 50% rendimentos fundo
perpétuo de 8,4 bi

Anexo 8



1 bi
Prevenção e Mitigação
de Riscos na Mineração

Anexo 14



493 mi
Reembolso à Previdência

Anexo 20

Órgãos Federais Comprometidos com a Recuperação do Rio Doce

Envolvimento direto de 13 ministérios e quatro autarquias:

- Advocacia-Geral da União;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Ministério da Pesca e Aquicultura;
- Ministério da Saúde;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Ministério da Igualdade Racial;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério dos Transportes;
- Ministério das Cidades;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai.

Outros quatro ministérios e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) estão envolvidos no compromisso de recuperação:

- Ministério da Previdência Social;
- Ministério da Agricultura e Pecuária;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Ministério da Educação;
- Anater

Valores dos ANEXOS - MDA



7,8 bi
Povos indígenas,
quilombolas e
comunidades tradicionais
(IPCTs)

Anexo 3



6,5 bi
Programa de Retomada
Econômica

Anexo 5

Desses, R\$ 2,5 bi serão
destinados ao Eixo
Rural



3,75 bi
Programa de
Transferência de Renda

Anexo 4



5,69 bi
Orçamento participativo – 5 bi
Assistência Técnica
Independente - ATI – 690 mi

Anexo 6

Desses, R\$ 198 mi serão
destinados a ATIs de
IPCTs

Atuação MDA - ANATER

- **A PORTARIA MDA Nº 25, de 09 de junho de 2025**, designa a Anater para desempenhar as funções de apoio à gestão e execução das ações e medidas, de competência do MDA, na forma do disposto nos anexos 3, 4, 5 e 6 do acordo judicial para reparação integral e definitiva ao rompimento da Barragem de Fundão (Acordo Rio Doce), homologado pelo Supremo Tribunal Federal.
- **Para isso, foi criada na Anater a Gerência Extraordinária de Reparação do Rio Doce.**
- Os anexos versam sobre os seguintes áreas:
 - **Anexo 3– Povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais;**
 - **Anexo 4- Programa de Transferência de Renda Rural– PTR– RURAL, Capítulo II;**
 - **Anexo 5- Programa de Retomada Econômica-PRE, Capítulo III- Eixo Rural;**
 - **Anexo 6- Assessoria/assistência Técnica Independente– ATI- Participação Social, Capítulo IV**

Anexo 3 - Povos e Comunidades Tradicionais

- Visa garantir reparação integral aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, **assegurando seus direitos coletivos por meio de apoio financeiro emergencial, medidas estruturantes e processos de consulta livre, prévia e informada.**
- Todas as ações e projetos devem ser precedidos de processos de consulta aos povos e comunidades, com base na Convenção 169 da OIT, respeitando seus modos de vida, línguas e formas de organização próprias. A consulta deverá ser realizada até março de 2026.
- Responsabilidade da Anater: consulta aos garimpeiros e faiscadores tradicionais

Estado da Arte:

- Aprovação no Comitê Gestor Rio Doce da Consulta Livre, Prévia e Informada
- Parceiro para execução: UFMG/Ipead (em processo de contratação)
- R\$ 4,5 milhões

Consulta MDA/ANATER

1. Comunidades Tradicionais Faiscadores – Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó

- **Município de Rio Doce:** comunidades: Santana do Deserto, Funil, Tapera, Jorge, Fundão, Jaracatiá de Cima, Jaracatiá de Baixo, Matadouro, Quilombo, Sítio 14 Alqueires, Porto Alegre, Limeira, Limoeiro, Fazendinha, Sítio Rancharia, Peroba e Marimbondo (aprox. 253 famílias).
- **Município de Santa Cruz do Escalvado:** comunidades: Nova Soberbo, Barra do Piranga, Porto Plácido, Viçoso, Merengo, São José da Vargem Alegre, Pedra do Escalvado, Gongo, entre outras (mais de 1.300 famílias).
- **Distrito de Chopotó (Ponte Nova):** localidades de Chopotó e Simplício (11 famílias).

2. Comunidade Tradicional de Garimpeiros do Alto Rio Doce

- Municípios de **Mariana, Acaiaca e Barra Longa**, totalizando:
- **1.500 famílias** (cerca de 6.000 pessoas).
- Atuação histórica nas margens e leitos dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e afluentes.
- Reconhecidos oficialmente como comunidade tradicional atingida pela Nota Técnica nº 39/2021 (CT-IPCT)

Anexo 4 - Programa de Transferência de Renda

São aptas a receber o PTR Rural, as pessoas que cumprem os seguintes critérios:

- Ser agricultor ou agricultora familiar (Lei nº 11.326/2006) e
- Ter pelo menos 16 anos completados até o dia 30 de setembro de 2024 e
- Ser residente / ter uma propriedade rural produtiva em até 5 km da calha dos rios Doce, Gualaxo do Norte ou Carmo; ou na mancha de inundação entre o Distrito de Farias e a Foz do rio Doce e
- Ter o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativado ou Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida até 6 de março de 2025 e
- **NÃO** ser integrante de povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais (garimpeiros e faiscadores) já atendidos pelos auxílios de subsistência emergencial (ASE) e financeiro emergencial (AFE), previsto no Anexo 3.

Valor: 1,5 salário-mínimo por 36 meses, 1 salário-mínimo por 12 meses (48 meses)

Estado da Arte:

- Quarta parcela paga para **13.724** pessoas no mês de outubro.
- R\$ 126 milhões já pagos

Anexo 5 - Programa de Retomada Econômica

Objetivo Geral

Revitalizar, reestruturar e impulsionar as atividades produtivas e ambientalmente sustentáveis

Escopo Financeiro e Temporal

R\$ 2.5 bi

Valor total

20 anos

Duração



Execução 2025–2026

R\$ 272 mi

Públicos Prioritários



Agricultores(as) familiares



Mulheres e Juventudes rurais



Povos e Comunidades Tradicionais



Assentados(as) da reforma agrária

Anexo 5 - Programa de Retomada Econômica

Áreas prioritárias de atuação:

- I. Produção de alimentos saudáveis.
- II. Tecnologias sociais de superação da pobreza mediante implantação de infraestrutura no campo.
- III. Florestas produtivas.
- IV. Protocolos de consulta prévia, livre e informada.
- V. Planos de gestão territorial e ambiental e planos de proteção dos territórios.
- VI. Fortalecimento da identidade quilombola, ações de comunicação para valorização do modo de vida quilombola, Ater quilombola, promoção de feiras para a comercialização dos produtos quilombolas e Selo de Identificação de Origem Quilombola.
- VII. Incentivo à educação no campo e ações culturais.
- VIII. Assessoramento técnico e desenvolvimento territorial.
- IX. Ações de quitação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) dos produtores inadimplentes.
- X. Formação e capacitação de comunidades sobre Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), doação simultânea, circuitos curtos de comercialização, soberania alimentar e sustentabilidade.
- XI. Estruturação de central de abastecimento e comercialização da agricultura familiar.
- XIII. Implantação de hortas comunitárias para fomentar a comercialização de alimentos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e doação simultânea, visando a inclusão social e produtiva das famílias.
- XIV. Assessoramento técnico em gestão de cooperativas ou associações da agricultura familiar.
- XV. Apoio à estruturação de agroindústrias de pequeno porte para processamento de produtos nos empreendimentos coletivos da agricultura familiar.
- XVI. Crédito fundiário.
- XVII. Regularização fundiária.
- XVIII. Reconhecimento e titulação de territórios quilombolas.

Anexo 5 - Programa de Retomada Econômica

- XIX. Acompanhamento e mediação de conflitos.
- XX. Realização de diagnóstico situacional de produtores rurais na área de abrangência deste ACORDO.
- XXI. Recuperação e monitoramento de solo, com testes in situ e desenvolvimento de unidades demonstrativas.
- XXII. Construção de “barraginhas” para dessedentação animal e irrigação;
- XXIII. Recuperação das áreas de cacauicultura.
- XXIV. Implantação de unidade de difusão de tecnologia do queijo.
- XXV. Implantação de viveiros visando a distribuição para plantio nas respectivas regiões.
- XXVI. Realização de campanhas para multiplicação das tecnologias do Plano ABC+ nas áreas atingidas.
- XXVII. Capacitação de extensionistas para a difusão das tecnologias do Plano ABC+;
- XVIII. Implantação de kits de irrigação de gotejamento e de energia solar em propriedades rurais.
- XIX. Desenvolvimento de sistema de mensuração de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas.
- XXX. Análise e monitoramento da fertilidade do solo.
- XXXI. Economia circular agropecuária.
- XXXII. Sistemas de reutilização, recarga e reciclagem, incluindo iniciativas envolvendo compostagem, resíduo zero e afins.
- XXXIII. Análise e monitoramento de espécies vegetais.

Pilares Estratégicos e Projetos Prioritários - 2025/2026

1. Estruturação Produtiva

Análise, Monitoramento e
Recuperação dos Solos
(Aprovado pelo Comitê Rio Doce)

Fortalecimento das Cadeias
Produtivas

Florestas Produtivas e
Barraginhas

Mecanização Cooperativa e
Associativa

Quintais Produtivos

2. Abastecimento e Comercialização

Sistemas de Abastecimento
Regionais

3. Desenvolvimento Sócio-Territorial e Governança Fundiária

Regularização Fundiária e
Acesso a Crédito
(Aprovado pelo Comitê Rio Doce)

4. Dignidade Informacional, Formação e Educação no Campo

Comunicação, Formação e
Fortalecimento de Organizações
Sociais

Projeto Especial: Retomada Econômica e Agroecológica dos Assentamentos do Rio Doce
(Aprovado pelo Comitê Rio Doce)

Anexo 6 - Assessoria Técnica Independente

As Assessorias Técnicas Independentes constituem um **direito das populações atingidas**, previsto na Lei nº 14.755, que instituiu a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, e garantido também pelo Novo Acordo Rio Doce.

Cabe à União Federal a gestão da contratação das entidades responsáveis por essas assessorias, executadas por organizações independentes escolhidas pelas próprias pessoas atingidas. Dessa forma, as ATIs oferecem assessoramento multidisciplinar, assegurando participação informada e apoio técnico nos processos de reparação.

Escopo Geral das atividades das ATIs:

Apoiar a participação das pessoas atingidas nos processos de reparação do Novo Acordo Rio Doce, por meio de orientação técnica, organização de documentos, apresentação de demandas às instituições responsáveis, suporte na elaboração e monitoramento de projetos comunitários, entre outras atribuições previstas.

Recursos Previstos:

Valor total: R\$ 698.000.000,00 (seiscentos e noventa e oito milhões de reais)

ATIs Gerais: R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) – 19 territórios

ATIs IPCTs: R\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais) – 11 ATIs para Quilombolas, indígenas, faiscadores e garimpeiros

Anexo 6 - Assessoria Técnica Independente

Prazo de Execução

42 (quarenta e dois) meses, podendo ser prorrogadas uma única vez por até 6 (seis) meses.

Estado da Arte:

- Contratação Emergencial das ATIs Marina (Cáritas) e Barra Longa (Aedas) em junho (**já realizado**);
- Aprovação do Comitê Gestor para a divisão dos recursos das ATIs;
- Contratação das ATIs (15 gerais + 1 PCTs) em andamento (prazo final: 31 de outubro);
- Início do processo de escolha das ATIs com indígenas, quilombolas, garimpeiros e faiscadores.

Obrigada!

Gerência Extraordinária de Reparação do Rio Doce - GEREX

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Contato: gerex.riodoce@anater.org